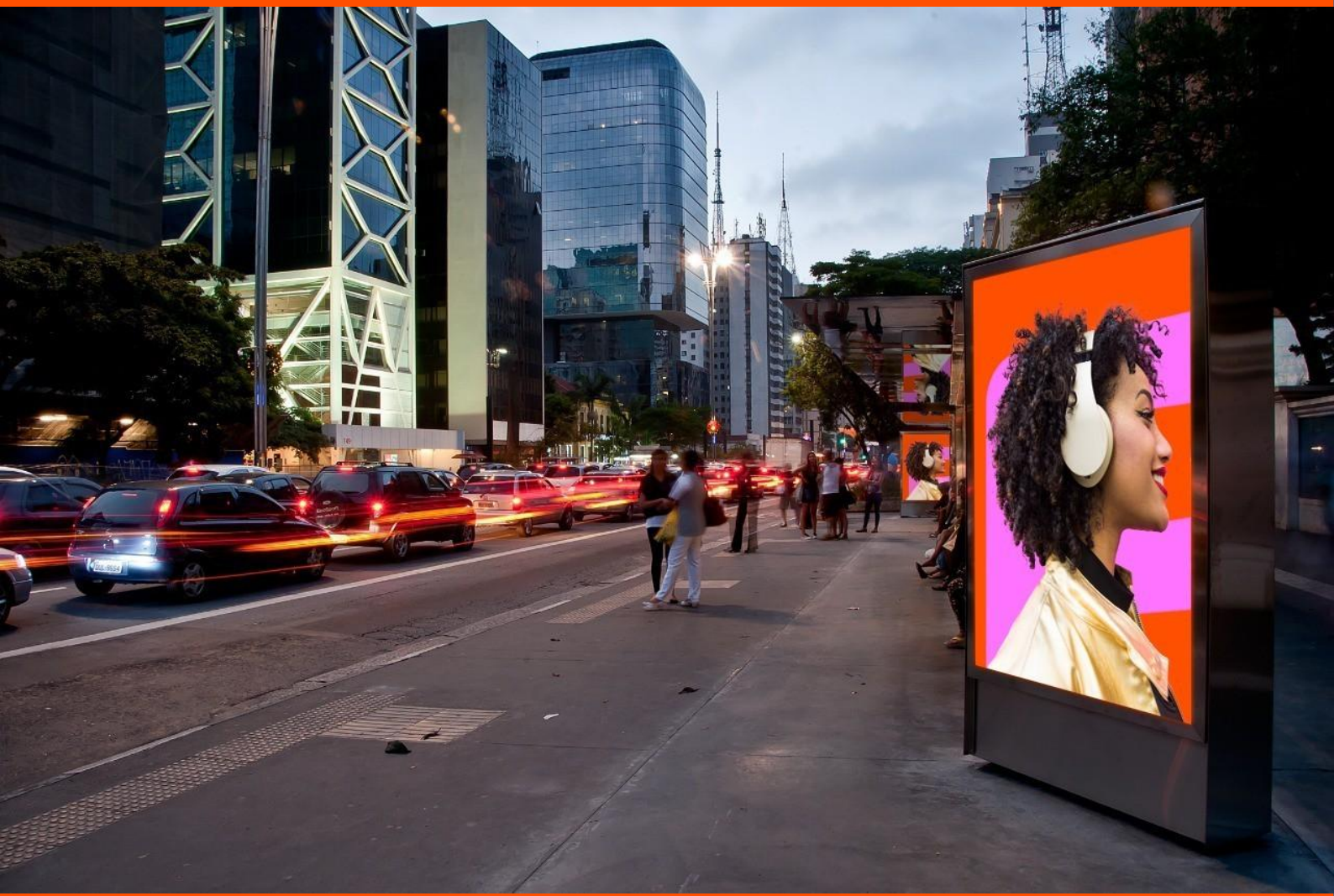
eletromidia

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente



Índice

Balanços patrimoniais 5
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto 10
1. Informações sobre a companhia 11
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras 11
3. Informações materiais da política contábil 12
4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas 29
5. Caixa e equivalentes de caixa 31
6. Contas a receber 31
7. Aplicações financeiras restritas 32
8. Investimentos 32
9. Imobilizado 36
10. Intangível 37
11. Fornecedores 38
12. Debêntures 38
13. Empréstimos e financiamentos 39
14. Obrigações trabalhistas 39
15. Obrigações tributárias 40
16. Adiantamentos de clientes 40
17. Contas a pagar por aquisição de empresas 40
18. Provisão para ações judiciais 40
19. Partes relacionadas 42
20. Patrimônio líquido 42
21. Receita operacional líquida 44
22. Custos e despesas por natureza 44
23. Resultado financeiro, líquido 44
24. Imposto de renda e contribuição social 45
25. Gestão de risco financeiro 46
26. Eventos subsequentes 49

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Eletromidia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletromidia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Irdes Xavier Veríssimo Silva
Contador CRC SP-282304/O

Wilson J. O. Moraes
Contador CRC-RJ-107211/O

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**209.007**	262.760
Contas a receber	6	**250.707**	173.836
Aplicações financeiras restritas	7	**20.921**	18.814
Tributos a recuperar		**14.838**	12.741
Dividendos a receber		**-**	901
Partes relacionadas	19	**7.190**	6.984
Outros ativos		**11.085**	14.088
		513.748	490.124
Não circulante			
Partes relacionadas	19	**150.119**	53.209
Depósitos judiciais		**1.066**	2.068
Tributos diferidos	24	**-**	85.353
Outros ativos		**1.411**	985
Investimentos	8	**1.480.650**	1.184.118
Imobilizado	9	**270.612**	232.108
Intangível	10	**612.298**	548.609
Direito de uso		**12.113**	29.019
		2.528.269	2.135.469
Total do ativo		**3.042.017**	2.625.593

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	**159.080**	140.866
Debêntures	12	**248.645**	13.730
Empréstimos e financiamentos	13	**120**	-
Passivo de arrendamento		**5.829**	6.098
Obrigações trabalhistas	14	**45.213**	40.328
Obrigações tributarias	15	**7.583**	9.063
Adiantamentos de clientes	16	**143.067**	45.256
Dividendos a pagar		**-**	28.615
Contas a pagar por aquisição de empresa	17	**25.528**	22.900
Outras obrigações		**4.987**	2.876
		640.052	309.732
Não circulante			
Debêntures	12	**1.065.404**	1.291.917
Empréstimos e financiamentos	13	**50.797**	-
Passivo de arrendamento		**9.293**	28.076
Obrigações trabalhistas	14	**24.426**	-
Tributos diferidos	24	**22.328**	-
Obrigações tributarias	15	**-**	1.299
Contas a pagar por aquisição de empresa	17	**2.167**	3.167
Provisão para ações judiciais	18	**11.959**	8.291
Obrigações com partes relacionadas	19	**110.895**	17.067
Outras obrigações		**3.016**	5.396
		1.300.285	1.355.213
Patrimônio líquido			
Capital social	20	**257.809**	218.062
Reserva de capital	20	**646.887**	663.368
Reserva de lucros	20	**196.984**	85.845
Ações em tesouraria	20	**-**	(6.627)
Total do patrimônio líquido		**1.101.680**	960.648
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.042.017**	2.625.593

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação, expresso em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	**837.521**	740.739
Custos dos serviços prestados	22	**(526.321)**	(432.084)
Resultado bruto		**311.200**	308.655
(Despesas) receitas operacionais		**(47.835)**	(103.550)
Despesas comerciais	22	**(53.974)**	(45.537)
Despesas gerais e administrativas	22	**(218.111)**	(167.306)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	**75.655**	12.593
Resultado de equivalência patrimonial	8	**148.595**	96.700
Lucro (Prejuízo) operacional		**263.365**	205.105
Resultado financeiro		**(111.650)**	(104.462)
Receitas financeiras	23	**43.710**	36.465
Despesas financeiras	23	**(155.360)**	(140.927)
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**151.715**	100.643
Imposto de renda e contribuição social – diferido	24	**(40.576)**	13.817
Lucro líquido do exercício		**111.139**	114.460

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**111.139**	114.460
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**111.139**	114.460

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

			Reserva de capital			Reserva de lucros			
	Capital social	Ações em tesouraria	(-) Gastos com Emissão de Ações	Reserva de capital - especial de ágio	Reserva de capital - outorga de ações	Reserva de retenção de lucros	Total de reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	218.062	(8.932)	(27.508)	668.377	6.514	9.042	9.042	-	865.555
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	114.460	114.460
Dividendos adicionais propostos pagos	-	-	-	-	-	(9.042)	(9.042)	-	(9.042)
Plano de opções de compra de ações	-	2.305	-	(1.625)	17.610	-	-	-	18.290
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(28.615)	(28.615)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	85.845	85.845	(85.845)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	218.062	(6.627)	(27.508)	666.752	24.124	85.845	85.845	-	960.648
Compra de ações em tesouraria	**-**	**(23.269)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(23.269)**
Cancelamento de ações - RCA 09.06.25	**-**	**23.269**	**-**	**(23.269)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**111.139**	**111.139**
Provisão com plano de opções de compra de ações	**-**	**-**	**-**	**-**	**6.435**	**-**	**-**	**-**	**6.435**
Exercício de planos de opções de compra de ações	**39.747**	**6.627**	**-**	**19.558**	**(20.269)**	**-**	**-**	**-**	**45.663**
Cancelamento de plano de opções de compra de ações	**-**	**-**	**-**	**11.354**	**(10.290)**	**-**	**-**	**-**	**1.064**
Destinação do resultado do exercício									
Retenção de lucros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**111.139**	**111.139**	**(111.139)**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**257.809**	**-**	**(27.508)**	**674.395**	**-**	**196.984**	**196.984**	**-**	**1.101.680**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes dos tributos		**151.715**	100.643
Ajustes para reconciliar o resultado antes dos tributos ao caixa operacional			
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	12 e 13	**142.285**	113.762
Juros incorridos sobre aquisição de controladas	17	**3.608**	2.757
Provisão para demandas judiciais		**3.516**	2.386
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	22	**(5.308)**	6.314
Perdas efetivas em créditos	22	**7.007**	3.180
Depreciação e amortização	8, 9 e 10	**57.937**	58.398
Equivalência patrimonial	8	**(148.595)**	(96.700)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	9 e 10	**20.333**	255
Ganho com baixa de arrendamentos		**(2.604)**	-
Perda (ganho) com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos		**-**	(12.392)
Provisão participação dos empregados nos lucros		**19.196**	16.764
Plano de opção de ações		**6.788**	16.219
Amortização do custo de captação	12 e 13	**2.245**	10.515
		258.123	222.101
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		**(78.570)**	33.455
Tributos a recuperar		**(2.097)**	(1.487)
Adiantamentos a fornecedores		**1.036**	(508)
Depósitos judiciais		**1.002**	1.174
Outros ativos		**1.541**	727
Fornecedores		**18.214**	18.935
Obrigações trabalhistas		**10.115**	(9.418)
Obrigações tributarias		**(2.779)**	(198)
Adiantamento de clientes		**97.811**	(50.484)
Partes relacionadas		**36.103**	15.240
Outras obrigações		**(155)**	(2.040)
Caixa líquido originado das atividades operacionais		**340.344**	227.497
Juros pagos		**(201.146)**	(123.145)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais depois do imposto de renda, contribuição social e juros pagos		**139.198**	104.352
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamento de aquisição de controladas	17	**(1.360)**	(10.888)
Aumento de capital em controlada	8	**(148.500)**	(59.682)
Aplicação financeira restrita		**(2.107)**	6.480
Adiantamento para futuro aumento de capital		**-**	(2.224)
Aquisição de imobilizado e intangível	9 e 10	**(104.331)**	(513.442)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(256.298)**	(579.756)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	12 e 13	**50.610**	1.289.009
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	12 e 13	**-**	(904.328)
Pagamento de passivo de arrendamento		**(10.368)**	(11.054)
Aumento de capital		**39.747**	-
Dividendos pagos		**-**	(12.056)
Compra de ações em tesouraria		**(23.269)**	-
Recebimento do preço de exercício de opções de ações		**6.627**	2.305
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**63.347**	363.876
Aumento (redução) líquido de caixa		**(53.753)**	(111.528)
Caixa no início do exercício		**262.760**	374.288
Caixa no final do exercício		**209.007**	262.760

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a companhia

A Eletromidia S.A. ("Eletromidia" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, SP na Rua Leopoldo Couto Magalhães Júnior, nº 700, 9º andar. A companhia tem como controladora a Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo").

Em 28 de abril de 2025, foi concluído o leilão da Oferta Pública de Aquisição ("OPA") unificada para aquisição da totalidade das ações ordinárias da Eletromidia, promovida pela controladora Globo. Como resultado, o Ofertante adquiriu 38.915.418 ações, representando 27,08% do total das ações ordinárias, passando a deter aproximadamente 99,26% do capital social da Companhia.

Com isso, a Eletromidia realizou o processo de cancelamento do seu registro como companhia aberta, nos termos da Resolução CVM nº 85/2022, deixando de ser listada no Novo Mercado.

A Companhia tem como atividade preponderante a veiculação de mídia OOH (*out-of-home* ou "fora de casa"), através de uma plataforma completa, com painéis digitais e estáticos, combinados com tecnologia e localizados em um portfólio diversificado de ambientes em quatro áreas de atuação: (i) transportes (trilhos e aeroportos), (ii) edifícios (residenciais e comerciais), (iii) shoppings e (iv) ruas.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas pela diretoria da Companhia em 23 de março de 2026.

Em 1 de janeiro de 2026, a Companhia foi incorporada pela controladora Globo, que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/76.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB (IFRS Accounting Standards)).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Consolidação das demonstrações financeiras

A Companhia, conforme disposto no item 4 do pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não está apresentando suas demonstrações consolidadas devido ao fato da controladora Globo estar divulgando suas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Nas demonstrações financeiras, os investimentos em controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, representado por:

	% Participação	
	31/12/2025	31/12/2024
Participação Direta		
Publibanca Brasil S.A. ("Publibanca")	**100%**	100%
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda. ("Nova Noalvo")	**100%**	100%
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda. ("ELT Concessões")	**100%**	100%
Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia RJ L1")	**100%**	100%
Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A. ("Eletromidia RJ L2")	**100%**	100%

3. Informações materiais da política contábil

3.1. Combinação de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.2. Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras segmentadas estão disponíveis e são avaliadas pelo tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. O principal tomador de decisões operacionais é a Diretoria Executiva, responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração.

A conclusão da Administração é de que a Companhia opera em um único segmento operacional de prestação de serviços veiculação de publicidade, tendo em vista que:

(i) Todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em informações consolidadas;

(ii) O objetivo da Companhia é de prover seus clientes, serviços de veiculação de publicidade em espaços publicitários; e

(iii) Todas as decisões estratégicas, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas.

3.3. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da companhia.

- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.4. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Companhia após discussão com os avaliadores externo, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Administração, em conjunto com os avaliadores externos, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

3.5. Reconhecimento da receita

Receita de contrato com cliente

A receita é reconhecida por um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente. A Companhia reconhece a receita de acordo com princípios fundamentais considerando os seguintes passos: a) identificação do contrato com cliente; b) identificação das obrigações de performance contidas no contrato; c) determinação do preço da transação; d) alocação do preço da transação às obrigações de performance; e e) reconhecimento da receita quando (e à medida que) a Companhia satisfaça a obrigação de performance. Não há contraprestação variável, obrigações de devolução ou restituição e tampouco componente de financiamento significativo.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando ocorre a efetiva transferência de controle do serviço prestado, ou seja, quando ocorre a disponibilização das telas pelo período de dias firmados em contrato para a veiculação do serviço de publicidade por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e são reconhecidas com base no período de veiculação da publicidade, suportado por documento firmado entre as partes, quando aplicável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Adiantamentos de clientes

São apresentados no passivo circulante e correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para futuras veiculações e que são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência e em decorrência da obrigação de desempenho definida pelo CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

3.6. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido, quando aplicáveis. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

  Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A Companhia reconhece passivos diferidos sobre benefício da amortização fiscal de ágios (*goodwill*) considerando que na hipótese de baixa do ágio por *impairment* exista uma provisão associada a despesa indedutível desse *impairment* para a reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos descritos abaixo, e são apresentados líquidos da receita de vendas na demonstração do resultado.

Conforme legislação fiscal, as alíquotas de tributos sobre as vendas são:

- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60%;
- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%;
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%;

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Distribuição de lucros e dividendos

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.8. Imobilizado

Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Grupo do ativo imobilizado	% a.a.
Instalações	10
Máquinas e equipamentos	5 a 10
Abrigos	5 a 7
Painel digital	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Painéis	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.10. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. O contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 3.6 - Receita de contrato com cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia não possui ativos nessa categoria.

Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

A Companhia não possui ativos nessa categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 4; e
- Gestão de risco financeiro – Nota 25.

As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Desreconhecimento

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, valores devidos por aquisição de participação, empréstimos, financiamentos e debêntures.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos, financiamentos e debêntures)

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos, financiamentos e debêntures, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Notas 12 e 13.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

3.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do

ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.12. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.13. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade.

Determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes, possuem contratos de bonificação de acordo com o volume de vendas atingido. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento da faixa atingida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos associadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita.

3.15. Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R$, que é a moeda funcional da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

3.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste, com exceção aos ajustes a valor presente de arrendamentos financeiros.

3.17. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento e os correspondentes ativos de direito de uso.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, como mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento. O montante da remensuração do passivo de arrendamento é considerado como um ajuste em contrapartida ao valor do ativo de direito de uso.

Os contratos de locação da Companhia são compostos substancialmente por imóveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.19. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1)

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1° de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1° de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

3.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Estimativas e premissas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) *Testes de recuperabilidade de ativos (teste de impairment)*

Para determinar os valores recuperáveis dos ativos não circulantes avaliados nos testes de recuperabilidade, é necessário estimar os valores justos de reposição, líquidos dos custos de venda, ou dos valores em uso. Para a avaliação do valor recuperável em uso é necessário adotar premissas relativas aos fluxos de caixa operacionais e outras premissas macroeconômicas tais como taxas de desconto, inflação, câmbio e outras. Durante o exercício, a Administração concluiu que não existiram indicativos de *impairment*. As principais premissas estão destacadas na Nota 8.

ii) *Provisões para ações judiciais*

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributária e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

iii) *Provisão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa*

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das suas contas a receber, levando em consideração as estatísticas de perdas históricas, e quando necessário, uma avaliação individual das principais contas a receber inadimplentes com riscos eminentes de realização.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos por categoria de privados e governos que apresentam padrões de perda semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia que revisam a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito e anualmente as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

iv) *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)*

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	**191.549**	470
Aplicações financeiras	**17.458**	262.290
	209.007	262.760

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, onde a taxa média é de 99,37% da CDI (100,28% em 31 de dezembro de 2024), por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

6. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber faturado	**237.938**	161.293
Contas a receber a faturar	**14.725**	19.807
	252.663	181.100
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	**(1.956)**	(7.264)
Contas a receber líquido	**250.707**	173.836

A Companhia está envidando esforços contínuos de redução nas Contas a receber a faturar no intuito de possibilitar o efetivo faturamento e manutenção dos recebíveis e prazos médios de recebimento. Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais geralmente consideram termos de pagamento de 30 a 90 dias.

A seguir é apresentada a idade de vencimento das contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	**198.177**	129.987
Vencidos de 01 a 30 dias	**28.195**	24.177
Vencidos de 31 a 60 dias	**6.095**	9.268
Vencidos de 61 a 90 dias	**2.161**	1.320
Vencidos de 91 a 180 dias	**4.809**	5.941
Vencidos de 181 dias a 360 dias	**10.060**	7.599
Vencidos acima de 360 dias	**3.166**	2.808
	252.663	181.100

A Companhia utiliza uma matriz de provisão baseada nas taxas de perda histórica observadas pela companhia para calcular a perda de crédito esperada.

Adicionalmente a Companhia realiza uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual das condições na data de relatório. A Companhia realiza a baixa efetiva dos títulos vencidos acima de 12 meses para clientes privados e 24 meses para clientes de órgãos públicos ("governo").

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	(950)
Constituição de provisão	(6.314)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.264)
Constituição de provisão	**(1.699)**
Baixas efetivas	**7.007**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.956)**

7. Aplicações financeiras restritas

Em 2020, a Companhia, conforme contrato de compra e venda da Elemidia, destinou valores de aplicação financeira retidas ("*Escrow Accounts*") que estão vinculadas à contraprestação contingente registrado na rubrica de Contas a pagar por aquisição de empresa. Conforme contrato a Companhia não poderá descontar, compensar ou reter os valores desta conta. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$20.921 (R$18.814 em 31 de dezembro de 2024).

8. Investimentos

	Participação		Investimento	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Publibanca Brasil S.A.	**100%**	100%	**871.943**	588.795
Nova Noalvo Serviços de Intermediação Ltda	**100%**	100%	**8.709**	8.075
Eletromidia Concessões e Participações Societárias Ltda	**100%**	100%	**105.978**	96.968
Eletromidia Rio L1 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	**100%**	100%	**46.758**	43.077
Eletromidia Rio L2 Concessionária de Mobiliário Urbano SPE S.A.	**100%**	100%	**8.015**	7.393
Ágio e mais valia (a)			**439.247**	439.810
			1.480.650	1.184.118

A composição dos valores do Ágio e mais valia é apresentada conforme segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	**366.394**	366.394
TV Minuto S.A.	**625**	625
Publibanca Brasil S.A.	**2.805**	2.805
Eletromidia S.A.	**62.679**	62.679
NoAlvo Serv. De Intermediação e Comunicação S.A.	**8.469**	8.469
Ágio	**440.972**	440.972
Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A.	**(2.344)**	(2.456)
TV Minuto S.A.	**619**	1.294
Mais Valia	**(1.725)**	(1.162)
Total ágio e mais valia	**439.247**	439.810

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são apresentadas as principais informações das investidas:

	31/12/2025				
	Publibanca	Eletromidia RJ L1	Eletromidia RJ L2	Nova Noalvo	ELT Concessões
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	**501.725**	**47.082**	**8.033**	**1.061**	**42.574**
Ativo não circulante	**932.448**	**-**	**-**	**13.356**	**138.783**
Total do ativo	**1.434.173**	**47.082**	**8.033**	**14.417**	**181.357**
Passivo circulante	**250.619**	**324**	**18**	**4.259**	**64.803**
Passivo não circulante	**61.680**	**-**	**-**	**1.449**	**9.892**
Patrimônio líquido	**918.547**	**46.758**	**8.015**	**8.709**	**106.179**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.230.846**	**47.082**	**8.033**	**14.417**	**180.874**
Atribuível aos acionistas não controladores	**203.327**	**-**	**-**	**-**	**483**
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	**634.644**	**-**	**-**	**8.885**	**56.767**
Custos e despesas operacionais	**(375.060)**	**(82)**	**(15)**	**(12.222)**	**(42.034)**
Resultado financeiro	**17.920**	**5.624**	**921**	**(633)**	**(195)**
Imposto de renda e contribuição social	**(92.752)**	**(1.861)**	**(284)**	**1.104**	**(5.327)**
Lucro líquido (prejuízo) do período	**184.752**	**3.681**	**622**	**(2.866)**	**9.211**
Atribuível aos acionistas não controladores	**46.604**	**-**	**-**	**-**	**201**

	31/12/2024				
	Publibanca	Eletromidia RJ L1	Eletromidia RJ L2	Nova Noalvo	ELT Concessões
Balanço patrimonial					
Ativo circulante	328.433	43.127	7.402	1.169	27.894
Ativo não circulante	696.058	-	-	13.377	130.136
Total do ativo	1.024.491	43.127	7.402	14.546	158.030
Passivo circulante	202.724	50	9	2.799	47.866
Passivo não circulante	29.645	-	-	3.672	12.743
Patrimônio líquido	619.992	43.077	7.393	8.075	97.073
Total do passivo e patrimônio líquido	852.361	43.127	7.402	14.546	157.682
Atribuível aos acionistas não controladores	172.130	-	-	-	348
Demonstração do resultado					
Receita operacional líquida	437.231	-	-	1.354	43.129
Custos e despesas operacionais	(271.586)	-	-	(1.629)	(36.288)
Resultado financeiro	3.406	210	37	(102)	(408)
Imposto de renda e contribuição social	(50.687)	-	-	(561)	(2.171)
Lucro líquido (prejuízo) do período	118.364	210	37	(938)	4.262
Atribuível aos acionistas não controladores	31.197	-	-	-	105

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos investimentos é apresentada a seguir:

	Publibanca	Eletromidia POA	Eletromidia REC	Nova Noalvo	ELT Concessões	Eletromidia RJ L1	Eletromidia RJ L2	Ágio e mais valia	Total
Saldo em 31/12/2023	502.456	11.260	24.292	(387)	51.192	-	-	441.370	1.030.183
Conferência de quotas (i)	-	(13.799)	(27.820)	-	41.619	-	-	-	-
Aporte de capital	-	-	-	9.400	-	42.917	7.365	-	59.682
Equivalência patrimonial	87.167	2.539	3.528	(938)	4.157	210	37	-	96.700
Distribuição de dividendos	(828)	-	-	-	-	(50)	(9)	-	(887)
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	(1.560)	(1.560)
Saldo em 31/12/2024	588.795	-	-	8.075	96.968	43.077	7.393	439.810	1.184.118
Aporte de capital (ii)	**145.000**	**-**	**-**	**3.500**	**-**	**-**	**-**	**-**	**148.500**
Equivalência patrimonial	**138.148**	**-**	**-**	**(2.866)**	**9.010**	**3.681**	**622**	**-**	**148.595**
Amortização	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(563)**	**(563)**
Saldo em 31/12/2025	**871.943**	**-**	**-**	**8.709**	**105.978**	**46.758**	**8.015**	**439.247**	**1.480.650**

(i) Em 02.12.2024 as quotas das controladas Eletromidia POA e Eletromidia REC foram conferidas para a controlada direta Eletromidia Concessões.
(ii) Conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 17 de novembro de 2025 e 01 de outubro de 2025.

Teste de *impairment* de ativos não financeiros

Para os testes de *impairment* da Companhia, o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa ("UGC") foi avaliado usando o modelo de Valor em Uso, através de técnicas de fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxas de desconto.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A composição dos valores do ágio está apresentada na Nota 8.

Para fins do teste de *impairment*, o ágio é alocado àquelas UGC's que se espera que se beneficiem da combinação de negócios na qual o ágio surgiu. Adicionalmente, as UGC's são identificadas no nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de gestão interna.

Desta forma, os ágios foram alocados e testados nas UGC Eletromidia S.A.; Publibanca S.A.; e Nova Noalvo.

Para isso, é realizada uma estimativa do valor recuperável de cada UGC conforme requerido pelo CPC 01 / IAS 36. Caso o valor contábil seja menor que o valor recuperável determinado, uma perda por *impairment* é imediatamente reconhecida no resultado.

Os fluxos de caixa foram descontados utilizando uma taxa de desconto após os impostos, que representa uma estimativa da taxa que um participante de mercado aplicaria levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. A Companhia utilizou seu custo médio ponderado de capital ("WACC") como ponto de partida para determinar as taxas de desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade

As principais premissas da Companhia identificadas pela Administração, são números de telas e reajuste de tabela de preços, para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar o fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável.

A recuperabilidade total do ágio requer taxas médias anuais de crescimento da receita de até 16,56% e ganhos de margem anuais de até 5,9% entre 2026 e 2030, principalmente pela consideração de melhor mix de vendas e crescimento do ticket médio ao longo dos anos.

Os valores utilizados nas principais premissas representam a melhor estimativa da Administração do futuro das unidades geradoras de caixa e foram baseadas em fontes internas (dados históricos) e externas.

As estimativas utilizadas no cálculo das UGC Eletromidia S.A., Publibanca S.A. e Nova Noalvo, podem ser assim resumidas:

- WACC: 13,38% (13,40% em 31 de dezembro de 2024)
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 4,0% (4,0% em 31 de dezembro de 2024)

Diante das análises realizadas pela Administração, não foi necessário constituir provisão de *impairment* para os seus ativos não financeiros. Para 31 de dezembro de 2025 não foram encontradas quaisquer novas evidências para uma constituição de provisão. A Companhia entende que não existe possibilidade razoável que uma possível mudança nas premissas – chave possa resultar em um valor contábil da unidade geradora de caixa superior ao seu valor recuperável, individualmente ou no agregado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imobilizado

	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Abrigos	Painéis	Equipamentos Informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros	Imobilizado em Andamento	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	187.664	19.917	1.445	5.502	79.490	39.871	28.640	362	14.687	377.578
Adições	10.103	-	74	13.958	15.917	67	7.045	-	21.985	69.149
Baixas	(1.196)	-	(1)	-	(80)	(52)	-	-	-	(1.329)
Transferências	4.961	164	4	-	15.673	204	117	-	(21.123)	-
Outros	1	-	-	-	1	-	1	1	-	4
Saldo em 31 de dezembro de 2024	201.533	20.081	1.522	19.460	111.001	40.090	35.803	363	15.549	445.402
Adições	**17.688**	**25**	**133**	**244**	**8.525**	**328**	**1.883**	**-**	**62.789**	**91.615**
Baixas	**(2.613)**	**-**	**-**	**-**	**(21.726)**	**(39)**	**-**	**-**	**-**	**(24.378)**
Transferências	**20.000**	**-**	**-**	**3.181**	**11.092**	**(20.000)**	**-**	**-**	**(14.273)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**236.608**	**20.106**	**1.655**	**22.885**	**108.892**	**20.379**	**37.686**	**363**	**64.065**	**512.639**
Depreciação Acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(106.867)	(18.835)	(724)	(35)	(16.023)	(17.358)	(22.758)	(147)	-	(182.747)
Adições	(18.081)	(417)	(119)	(530)	(8.944)	(907)	(2.585)	(36)	-	(31.619)
Baixas	851	-	1	-	177	45	-	-	-	1.074
Outros	(1)	257	-	-	-	-	(257)	(1)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(124.098)	(18.995)	(842)	(565)	(24.790)	(18.220)	(25.600)	(184)	-	(213.294)
Adições	**(17.075)**	**(343)**	**(120)**	**(1.060)**	**(10.311)**	**(596)**	**(3.237)**	**(36)**	**-**	**(32.778)**
Baixas	**704**	**-**	**-**	**-**	**3.307**	**34**	**-**	**-**	**-**	**4.045**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(140.469)**	**(19.338)**	**(962)**	**(1.625)**	**(31.794)**	**(18.782)**	**(28.837)**	**(220)**	**-**	**(242.027)**
Taxa de depreciação	10%	10%	10%	5%	10%	5%	20%	10%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**96.139**	**768**	**693**	**21.260**	**77.098**	**1.597**	**8.849**	**143**	**64.065**	**270.612**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.435	1.086	680	18.895	86.211	21.870	10.203	179	15.549	232.108

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

	Softwares e Licenças	Direitos de Uso	Contratos Metrô	Outorgas	Intangível em Andamento (a)	Marcas e Patentes	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.455	10.365	32.504	156.535	5.657	165	213.681
Adições	-	-	-	451.010	4.774	-	455.784
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.455	10.365	32.504	607.545	10.431	165	669.465
Adições	**-**	**-**	**-**	**74.483**	**7.416**	**-**	**81.899**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**8.455**	**10.365**	**32.504**	**682.028**	**17.847**	**165**	**751.364**
Amortização Acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8.208)	(7.523)	(28.363)	(58.232)	-	(165)	(102.491)
Adições	(142)	(1.839)	(2.051)	(14.333)	-	-	(18.365)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(8.350)	(9.362)	(30.414)	(72.565)	-	(165)	(120.856)
Adições	**(47)**	**(775)**	**(2.051)**	**(15.337)**	**-**	**-**	**(18.210)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(8.397)**	**(10.137)**	**(32.465)**	**(87.902)**	**-**	**(165)**	**(139.066)**
Taxa de amortização	20%	10%	10%	5%	-	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**58**	**228**	**39**	**594.126**	**17.847**	**-**	**612.298**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	105	1.003	2.090	534.980	10.431	-	548.609

(a) A capitalização de desenvolvimento totalizou R$7.416 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, correspondentes a mão de obra interna.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	**80.172**	50.030
Repasses & Bonificações por Volume (i)	**78.908**	90.836
	159.080	140.866

(i) A Companhia possui contratos de repasse com determinados parceiros de negócios com intuito de remunerar com uma contrapartida mensal mínima ou variável, pela utilização dos espaços decorrente da exploração dos serviços de veiculação de publicidade. Adicionalmente, a Companhia possui contratos de bonificação com determinadas agências de publicidade e propaganda, que fazem a intermediação das vendas para os anunciantes. Anualmente, a Companhia realiza uma apuração dos valores de investimentos publicitários recebidos para determinação do enquadramento de acordo com o volume de vendas atingido.

12.Debêntures

Instituição financeira	Linha	Vencimento	Taxa de juros anual	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú, Citibank e Bradesco (a)	Debêntures	20/05/2029	CDI + 2,00%	**809.075**	805.175
Banco Itaú, Bradesco e Santander	Debêntures	20/11/2030	CDI + 1,70%	**504.974**	500.472
Total				**1.314.049**	1.305.647
Circulante				**248.645**	13.730
Não circulante				**1.065.404**	1.291.917
Cronograma de vencimentos					
Vencimento 12 meses				**248.645**	13.730
Vencimento 13 a 24 meses				**297.941**	226.513
Vencimento 25 a 36 meses				**369.370**	297.941
Vencimento 37 a 48 meses				**255.870**	369.370
Vencimento 49 a 60 meses				**142.223**	255.870
Vencimento acima de 60 meses				**-**	142.223
Total				**1.314.049**	1.305.647

(a) Em 05 de fevereiro de 2025 (“Data de Emissão”), foi celebrado o “Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Eletromidia S.A.”, com vencimento em 20 de maio de 2029 (“Data de Vencimento”). O valor nominal unitário das debêntures será amortizado semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2026. A atualização dos juros é calculada com base em 100% do D.I. e juros de 2,00% a.a.

Em 18 de fevereiro de 2025 foi realizado o resgate antecipado da totalidade das Debêntures da 5ª (quinta) emissão, celebrado em 20 de maio de 2024 pela Companhia, e com vencimento em 20 de maio de 2029. A liquidação foi realizada com recursos obtidos da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples.

A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.305.647
(+) Provisão de juros	**204.657**
(-) Amortizações de juros	**(198.313)**
(+) Amortização do custo	**2.058**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**1.314.049**

Cláusulas restritivas - Covenants financeiros e não financeiros.

As Debêntures possuem cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros, os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras. O resultado da relação entre a dívida líquida e o EBTIDA da Companhia deverá ser menor ou igual a 3,0x, referente aos exercícios fiscais a se encerrarem a partir de 31 de dezembro de 2024. Os contratos não possuem garantias atreladas aos bens da Companhia. O não cumprimento dessas cláusulas previstas nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizado por descumprimento de *covenants* ou descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato. Com base nas apurações e revisões realizadas até o momento, não há probabilidade de descumprimento dos *covenants* vigentes. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia atingiu todos os índices requeridos descritos acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Linha	Vencimento	Taxa de juros anual	31/12/2025	31/12/2024
FINEP (i)	Financiamento de Estudos e Projetos	05/2034	TR + 3,3% a.a	**50.917**	-
Total				**50.917**	-
Circulante				**120**	-
Não circulante				**50.797**	-
Cronograma de vencimentos					
Vencimento 12 meses				**120**	-
Vencimento 13 a 24 meses				**-**	-
Vencimento 25 a 36 meses				**4.486**	-
Vencimento 37 a 48 meses				**8.241**	-
Vencimento 49 a 60 meses				**8.674**	-
Vencimento 61 a 72 meses				**29.396**	-
Total				**50.917**	-

(i) Em 25 de fevereiro de 2025 a Companhia celebrou um financiamento junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de R$53.087. A operação possui carência de 42 meses. O valor principal será amortizado em 71 parcelas mensais. A atualização é calculada com base na TR e juros de 3,3% a.a. com pagamentos mensais.

O financiamento é garantido por cartas de fiança bancária com validade de no mínimo 1 (um) ano, contado da sua emissão, no valor indicado pela Finep, acrescida dos encargos.

A seguir é apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
(+) Captações	**53.087**
(+) Provisão de juros	**2.333**
(-) Amortizações de juros	**(2.213)**
(-) Custo de captação	**(2.477)**
(+) Amortização do custo	**187**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**50.917**

14. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	**2.572**	1.981
Encargos sobre folha	**-**	3.164
Provisão de férias e encargos	**-**	11.008
Participação nos lucros	**23.008**	21.184
Planos de incentivo de longo prazo (i)	**44.059**	-
IRRF empregados	**-**	2.717
Outras	**-**	274
	69.639	40.328
Circulante	**45.213**	40.328
Não circulante	**24.426**	**-**

(i) A Companhia, em alinhamento às diretrizes estabelecidas pela Controladora, possui programas de incentivos de longo prazo destinados a determinados executivos e colaboradores considerados estratégicos para a implementação e execução de sua estratégia de longo prazo.

Em decorrência da incorporação da Companhia pela Globo, efetivada em 1 de janeiro de 2026, os contratos de trabalho dos colaboradores foram transferidos para a Publibanca Brasil S.A. Dessa forma, na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresenta saldo registrado de provisões relacionadas a determinadas obrigações trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
ISS a recolher	**3.571**	3.811
PIS a Recolher	**526**	553
COFINS a recolher	**2.207**	2.579
Parcelamentos de impostos	**-**	2.688
Outros	**1.279**	731
Total	**7.583**	10.362
Circulante	**7.583**	9.063
Não circulante	**-**	1.299

16. Adiantamentos de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Pacotes antecipados (i)	**140.285**	41.477
Outros	**2.782**	3.779
	143.067	45.256

(i) A Companhia possui contratos firmados com clientes para veiculação publicitárias, pelos quais recebeu parte dos valores contratado de forma antecipada. Esses valores foram registrados em conta de adiantamento de clientes e são baixados à medida em que o serviço é prestado com base no período de vigência do contrato.

17. Contas a pagar por aquisição de empresas

	31/12/2025	31/12/2024
Valores devidos - aquisição Elemidia	**24.528**	21.466
Valores devidos - aquisição NoAlvo	**-**	434
Valores devidos - aquisição MOOHB	**3.167**	4.167
	27.695	26.067
Circulante	**25.528**	22.900
Não circulante	**2.167**	3.167

A movimentação do contas a pagar por aquisição de empresas é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	26.067
(+) Provisão de juros	**3.608**
(-) Amortizações de principal	**(1.360)**
(-) Amortizações de juros	**(620)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**27.695**

18. Provisão para ações judiciais

18.1. Processos com risco de perda provável

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	**940**	245
Cíveis	**78**	72
Tributárias	**10.941**	7.974
	11.959	8.291

A movimentação da provisão para as ações judiciais está descrita abaixo:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024	245	72	7.974	8.291
Ingressos	1.365	-	2.967	4.332
Reversões	(813)	(3)	-	(816)
Pagamentos	(30)	-	-	(30)
Variação monetária	173	9	-	182
Saldo em 31/12/2025	940	78	10.941	11.959

18.2. Processos com risco de perda possível

Os valores em risco dos processos cujos desfechos são considerados possíveis por seus assessores jurídicos são demonstrados a seguir por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	**3.576**	3.677
Cíveis	**7.480**	6.450
Tributárias	**208.254**	227.675
	219.310	237.802

A seguir, demonstramos as principais contingências possíveis:

Contingências Cíveis

- Trata-se de ação indenizatória de perdas e danos proposta por College Publicidade Ltda em face da Eletromidia S.A. O autor pleiteia indenização devido a um suposto enriquecimento ilícito por parte da Ré, decorrente de repasses supostamente incorretos feitos ao Autor, bem como por sua conduta de promoção de concorrência desleal, lucros cessantes devido a supostas condutas negligentes e multa por violação de cláusula contratual. O processo encontra-se na fase de instrução, sendo acompanhado pelos assessores jurídicos da Companhia. O valor da causa é de R$5.905 (R$5.687 em 31 de dezembro de 2024).

Contingências Tributárias

- O município de São Paulo ajuizou execuções fiscais contra a Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing S.A (incorporada pela Eletromidia S.A) e Eletromidia S.A, para cobrança de ISS supostamente não recolhido incidente sobre serviços de publicidade, e imputação de multa regulamentar, referente ao período de 2012 a 2018 para a Elemidia e de 2016 a 2018 para a Eletromidia, no valor total de R$208.566 (R$198.161 em 31 de dezembro de 2024).

  Boa parte dos autos de infração se referem à atividade de cessão de espaço para veiculação de publicidade, a qual, à época, não estava prevista como um fato gerador, sendo entendimento pacificado no próprio Município de São Paulo que, à época, a atividade de veiculação de publicidade não estava sujeita ao ISS. Com o encerramento dos casos na esfera administrativa, foram ajuizadas as respectivas execuções fiscais pelo município, atualmente suspensas, visto que os autos estão sendo discutidos através de Mandados de Segurança impetrados pelas empresas. Nos respectivos Mandados de Segurança vinculados às Execuções Fiscais, a Companhia obteve liminar suspendendo a exigibilidade dos débitos, bem como decisões favoráveis anulando os autos de infração da Elemidia relativos ao período de 2012 a 2014 no valor de R$57.000, e atualmente aguarda-se julgamento dos recursos interpostos pelas partes, que é monitorado pelos assessores jurídicos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Partes relacionadas

19.1. Saldos e operações

Transações com partes relacionadas

Os saldos das operações com partes relacionadas não possuem vencimento predeterminado e não estão sujeitos a encargos financeiros. As operações mantidas com partes relacionadas representam, principalmente, serviços que envolvem a administração e gestão organizacional da Companhia.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	(Despesa) Receita	Ativo	Passivo	(Despesa) Receita
Com controladas (i)						
Publibanca	26.434	99.738	70.043	18.126	9.309	57.767
Nova Noalvo	999	-	1.109	400	67	(77)
ELT Concessões	57.174	11.157	9.350	35.777	7.691	6.358
Outras partes relacionadas						
Shempo Indústria e Comércio Ltda (ii)	2.030	-		2.030	-	
Globo Comunicação e Participação S.A (iii)	70.672	-	1.632	3.860	-	8.432
Total	157.309	110.895	82.134	60.193	17.067	72.480
Partes relacionadas	153.685	110.895		57.069	17.067	
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.624	-		3.124	-	
	157.309	110.895		60.193	17.067	
Circulante	7.190	-		6.984	-	
Não circulante	150.119	110.895		53.209	17.067	

(i) As transações com as Controladas registradas em outras receitas operacionais, referem-se ao Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesa, celebrado com a finalidade de compartilhar as despesas incorridas pelas sociedades no desempenho de suas atividades, por meio do reembolso, pelas sociedades, à Companhia, de parte dos valores incorridos pela Companhia para manutenção da estrutura necessária para as sociedades desenvolverem suas atividades. Ao final de cada mês a Companhia calcula o valor da remuneração devida por cada uma das sociedades, com base: (a) no rateio das despesas da Companhia, quais sejam: pessoal (folha de pagamento e remuneração fixa acrescido de comissões de vendas), comercial, administrativas e gerais; (b) na participação percentual de receitas de cada uma das sociedades sobre o total da soma destas; e (c) com base no mês imediatamente anterior, tanto para receita quanto para despesas.

(ii) Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados ao consórcio. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

(iii) As operações com a acionista controlador Globo., são decorrentes da prestação de serviços de veiculação de publicidades realizado pela Companhia e Cessão de crédito de impostos no montante de R$67.105.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$257.809 (R$218.062 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 143.711.541 (139.983.753 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias unitárias, nominativas e sem valor nominal. As ações são indivisíveis perante a Companhia e correspondem a um voto nas deliberações das Assembleias gerais.

Em 01 de abril de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de dezembro de 2020 e 22 de junho de 2023 de R$28.703 com emissão de 2.741.590 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 16 de abril de 2025, em Reunião do Conselho de Administração, foi deliberado aumento de capital para atender ao exercício de direito de aquisições de ações próprias do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de junho de 2023 de R$11.044 com emissão de 986.198 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

b) Gastos com emissão de ações

Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, a companhia reconheceu os gastos com emissão de ações originadas da oferta pública de 17 de fevereiro de 2021, registrando no Patrimônio Líquido o montante de R$27.508, líquido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (R$41.678 com tributos).

Os gastos das ações colocadas adicionalmente dos acionistas vendedores decorrentes da oferta secundária foram assumidos por eles, não gerando nenhum gasto registrado nos livros da Companhia.

c) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

d) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros, conforme artigo 196 da Lei n° 6.404.76, é representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025, do resultado do exercício, foi destinado o valor de R$111.139 à reserva de retenção de lucros (R$85.845 em 31 de dezembro de 2024).

e) Dividendos

Conforme disposição estatutária e legislação societária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da incorporação da Companhia pela controladora Globo, efetivada em 1 de janeiro de 2026, a destinação dos dividendos não foi realizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de serviços	**955.064**	836.941
(-) Impostos incidentes	**(101.962)**	(88.246)
(-) Deduções de vendas e abatimentos	**(15.581)**	(7.956)
Receita operacional líquida	**837.521**	740.739

22. Custos e despesas por natureza

	31/12/2025	31/12/2024
Aluguéis	**(9.594)**	(5.141)
Repasses	**(302.118)**	(241.574)
Serviços de terceiros	**(42.955)**	(37.729)
Marketing	**(49.039)**	(27.810)
Manutenções e reparos	**(24.807)**	(20.251)
Energia elétrica e links de Internet	**(17.060)**	(11.809)
Outros Tributos, Contribuições e Taxas	**(6.945)**	(4.315)
Viagens e Estadas	**(6.831)**	(5.678)
Comissões	**(79.721)**	(71.962)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas	**(1.699)**	(9.494)
Despesas com pessoal	**(182.776)**	(134.895)
Depreciação e amortização	**(57.936)**	(58.398)
Compartilhamento de custos	**80.345**	64.159
Outras despesas e receitas	**(21.615)**	(67.437)
Total de custos e despesas	**(722.751)**	(632.334)
Custos dos serviços prestados	**(526.321)**	(432.084)
Despesas comerciais	**(53.974)**	(45.537)
Despesas gerais e administrativas	**(218.111)**	(167.306)
Outras receitas/(despesas) operacionais	**75.655**	12.593
Total de custos e despesas	**(722.751)**	(632.334)

23. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras	**43.710**	36.465
Rendimentos sobre aplicação financeira	**42.754**	27.050
Juros ativos	**795**	984
Variação cambial ativa	**480**	7.482
Outras receitas financeiras	**(319)**	949
Despesas financeiras	**(155.360)**	(140.927)
Juros passivos	**(138.908)**	(105.237)
Encargos sobre financiamentos	**(2.427)**	(10.517)
Variação cambial passiva	**(437)**	(11.111)
Multa sobre antecipação de contrato	**(5.675)**	(5.047)
Descontos concedidos	**(963)**	(369)
Outras despesas financeiras	**(6.950)**	(8.646)
Resultado financeiro líquido	**(111.650)**	(104.462)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da receita (despesa)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**151.715**	100.643
Expectativa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente (34%)	**(51.583)**	(34.219)
Participações em controladas	**50.522**	32.878
Adições permanentes (líquidas)	**(320)**	(1.863)
Imposto corrente/diferido não constituído (PERSE) (i)	**-**	17.206
Diferido não constituído sobre prejuízo fiscal (ii)	**(40.443)**	-
Outros	**1.248**	(185)
Total de IRPJ e CSLL	**(40.576)**	13.817
IR e CS no resultado		
Diferido	**(40.576)**	13.817
Total	**(40.576)**	13.817
Alíquota efetiva	**26,7%**	-13,7%

(i) Impostos correntes sobre lucro fiscal não constituídos e impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias realizáveis em menos de 5 anos (PERSE).
(ii) Refere-se, substancialmente, a ativos fiscais diferidos não reconhecidos em razão da ausência de expectativa de realização, decorrente da incorporação da Companhia pela controladora Globo, efetivada em 1 de janeiro de 2026.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldos em 31/12/2024	Resultado	Cessão de créditos (ii)	Saldos em 31/12/2025
Ativos e (passivos) diferidos				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa	81.737	**(14.632)**	**(67.105)**	**-**
IR e CS diferido sobre amortização fiscal de ágios (i)	(47.598)	**(24.915)**	**-**	**(72.513)**
Diferenças temporárias	51.214	**(1.029)**	**-**	**50.185**
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	2.387	**(1.755)**	**-**	**632**
Provisão para custos e despesas	40.636	**6.446**	**-**	**47.082**
Provisão para contingências	2.819	**1.247**	**-**	**4.066**
Provisão de receitas	(5.312)	**1.965**	**-**	**(3.347)**
IFRS16	1.753	**(765)**	**-**	**988**
Amortização de alocações de intangíveis	764	**-**	**-**	**764**
Outorga de ações	8.202	**(8.202)**	**-**	**-**
Outras diferenças	(35)	**35**	**-**	**-**
Total	85.353	**(40.576)**	**(67.105)**	**(22.328)**
Ativo fiscal	132.951			**50.185**
Passivo fiscal	(47.598)			**(72.513)**
Ativo (passivo) fiscal, líquido	85.353			**(22.328)**

(i) A Companhia registra imposto de renda e contribuição social diferida passiva das amortizações fiscais de ágios da apuração fiscal. Esse passivo é constituído para contrabalançar os efeitos da redução do lucro tributável decorrente dessa amortização fiscal e será realizada a partir do momento da realização dos ágios, ou por teste de recuperabilidade desses ágios ("*impairment*").

(ii) Valor referente a utilização de prejuízos fiscais e base negativa da Companhia pela sua Controladora direta para quitação de débitos em processos administrativos com o benefício da Lei 14.689/23, tendo como contrapartida a rubrica de partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos. A seguir, demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2025:

Ano	31/12/2025
2026	10.990
2027	7.274
2028	7.920
2029	11.456
2030	12.545
Total	50.185

25. Gestão de risco financeiro

A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Gestão de capital.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de bens móveis e espaços para a colocação de produtos eletrônicos, principalmente painéis eletrônicos para a divulgação informatizada de publicidade e dados de interesse público ou particular, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. A Companhia adota procedimentos específicos de seletividade e análise da carteira de clientes, visando prevenir perdas por inadimplência.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas esperadas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A Companhia monitora sua carteira de recebíveis periodicamente e o departamento de operações financeiras e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. Além disso a Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes e busca diversificar a exposição periodicamente.

A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii) Risco de liquidez

As decisões de investimentos são tomadas a luz dos impactos dos mesmos nos fluxos de caixa de longo prazo (60/120 meses). A diretriz da Companhia é trabalhar com premissas de saldos mínimos de caixa, que variam conforme o cronograma de investimentos e de cobertura financeira das obrigações, onde a geração de caixa projetada tem que superar as obrigações contratadas (financiamento, adições de imobilizado, aquisições), mitigando assim o risco liquidez. Para financiar a expansão de suas operações, a Companhia busca estruturar junto ao mercado financeiro operações de longo prazo, de modo a alinhá-la a geração de caixa esperada.

iii) Risco de mercado

A Companhia possui uma política de investimento com o objetivo de estabelecer diretrizes para gestão do caixa e minimizar riscos. De acordo com esta política, a Companhia realiza aplicações conservadoras, sendo permitido aplicar em Certificado de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas. A gestão do caixa da companhia é direcionada de modo a assegurar o cumprimento dos riscos abaixo descritos:

- As aplicações são alocadas em instituições financeiras com reconhecido rating nacional determinado pelas principais agências de classificação de risco.
- A Companhia deve manter 100% do total do seu caixa em aplicações que garantam uma liquidez de curto prazo (até 30 dias), de forma a garantir o cumprimento satisfatório de suas obrigações em situações correntes e de stress.

a) *Risco cambial*

Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Companhia, denominadas em dólares norte-americanos, foi implementada uma política de proteção cambial que estabelece níveis de exposição vinculados a esse risco, em que são contratadas operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "*swap*".

b) *Risco de taxa de juros*

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros de taxa juros		
Ativos financeiros	**38.379**	281.104
Passivos financeiros	**(1.364.966)**	(1.305.647)
	(1.326.587)	(1.024.543)

c) *Determinação do valor justo*

A administração considera que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com valor contábil próximo ao valor justo.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço.

Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 instrumentos financeiros de Nível 3.

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo do valor justo

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia foram apurados conforme descrito abaixo. A Companhia não atua no mercado de derivativos, assim como não há outros instrumentos financeiros derivativos registrados em 31 de dezembro de 2025.

Caixa e equivalentes e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis.

CDB, debêntures e compromissadas - avaliadas a valor justo baseado no valor provável de realização.

Para as demais aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos; quando da inexistência, foram baseados nos fluxos de caixa futuros, descontadas as taxas médias de aplicação disponíveis.

Contas a receber de terceiros e empréstimos e financiamentos

Os saldos de financiamentos e de contas a receber de terceiros têm seus valores justos similares aos saldos contábeis.

iv) Gestão de capital

Em virtude de as receitas da Companhia serem diretamente relacionadas à capacidade de locar os espaços de publicidade e propaganda, a Administração monitora periodicamente suas condições operacionais de modo a antecipar possíveis impactos. Para isso, a Companhia investe em inovação e geração de conteúdo dinâmico e relevante de forma a manter a atratividade de seu negócio junto aos seus clientes vis-à-vis as plataformas tradicionais de propaganda e

publicidade. Não obstante, a comercialização destes espaços de publicidade e propaganda é realizada por uma equipe própria de modo a ter assegurado negociações com seus clientes que sejam alinhadas com a estratégia de marketing bem como a associação com marcas e clientes que gerem valor para a Companhia.

Os riscos são revisados mensalmente pelas diretorias operacional e financeira que geram relatórios de acompanhamento. Caso sejam identificadas situações de desvio, revisões das estratégias da Companhia são submetidas para aprovação da diretoria para que sejam implantadas.

A Diretoria acompanha o desempenho de seus negócios com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis-à-vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que é acompanhado de perto a evolução da liquidez da Companhia com foco no curto e longo prazo.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital bem estabelecida a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor dos acionistas. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiarias não estão sujeitas a exigências externas impostas de Capital.

26. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de janeiro de 2026, foi aprovada a incorporação da Eletromidia pela controladora Globo, conforme termos e condições previstos no Protocolo e Justificação da Incorporação celebrado entre as partes.

A incorporação foi efetivada em 1 de janeiro de 2026, com base nos valores contábeis apurados no Laudo de Incorporação, elaborado para esse fim. Nos termos do referido protocolo, a operação teve por objetivo a otimização administrativa e operacional do grupo.

Com a efetivação da incorporação, a Globo passou a suceder a Eletromidia, a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, nos termos dos artigos 223 a 227 da Lei nº 6.404/76.

O capital social da Companhia não foi alterado em decorrência da operação, tendo em vista que a Globo já detinha 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Eletromidia, as quais foram canceladas na data da incorporação, em conformidade com o disposto no artigo 224 da Lei nº 6.404/76.

***